

Notícias do dia 14 de março



**TRIBUNAL DE CONTAS**  
DO ESTADO DE GOIÁS

# Sumário

Número de notícias: 14 | Número de veículos: 13

LANCE GOIÁS - ONLINE - GO - NOTÍCIAS  
TCE - GO

Suspeitos de fraude teriam criado empresa fantasma para vencer licitação da Saneago ..... 4

G5 NEWS - GO - NOTÍCIAS  
TCE - GO

Operação da Polícia Civil apura fraude em licitação, superfaturamento e afasta servidores da Saneago ..... 5

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS - GO - NOTÍCIAS  
TCE - GO

Matérias são lidas no Expediente ..... 7

MAIS GOIÁS - GO - NOTÍCIAS  
TCE - GO

Empresa fantasma foi criada na vencer licitação na Saneago, diz delegado ..... 8

O POPULAR ONLINE - GO - CIDADES  
TCE - GO

Operação em Goiás, RS e DF contra fraudes em licitações cumpre 37 mandados e bloqueia R\$ 6,4 milhões de suspeitos ..... 9

O POPULAR ONLINE - GO - POLÍTICA  
TCE - GO

Servidores são afastados por suspeita em licitação ..... 10

BRASIL EM FOLHAS ONLINE - GO - NOTÍCIAS  
TCE - GO

Matérias são lidas no Expediente ..... 12

G1 - GOIÁS - GO - ÚLTIMAS NOTÍCIAS  
TCE - GO

Alvo de operação contra fraudes é empresa vencedora de licitação que custaria R\$ 85 milhões à Saneago, diz polícia ..... 13

GOIÂNIA URGENTE - GO - NOTÍCIAS  
TCE - GO

Operação em Goiás, RS e DF contra fraudes em licitações cumpre 37 mandados e bloqueia R\$ 6,4 milhões ..... 15

JORNAL ÁGUAS LINDAS - ONLINE - GO - GOIÁS  
TCE - GO

Empresa fantasma foi criada para vencer licitação na Saneago, diz delegado ..... 16

JORNAL O HOJE ON-LINE - GO - CIDADES  
TCE - GO

Suspeitos de fraude teriam criado empresa fantasma para vencer licitação da Saneago ..... 17

RÁDIO EDUCATIVA IPORÁ ONLINE - GO - NOTÍCIAS  
TCE - GO



Quinta-Feira, 23 de Março de 2023

Alvo de operação contra fraudes é empresa vencedora de licitação que custaria R\$ 85 milhões à Saneago, diz polícia .....	18
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE GOIÁS - NOTÍCIAS TCE - GO	
Jornal Estadão publica artigo do conselheiro Fabrício Motta.....	20
BLOG DA VERDADE - GO - PLANTÃO POLICIAL TCE - GO	
Operação em GO, DF e RS contra fraudes em licitação cumpre 37 mandados e bloqueio de R\$ 6,4 milhões de suspeitos .....	22

# Suspeitos de fraude teriam criado empresa fantasma para vencer licitação da Saneago

*kamilla*

Os suspeitos de fraudar licitação da Saneago teriam criado uma empresa fantasma para prestar serviços com preços bem acima dos praticados. Em operação da Polícia Civil (PC) realizada nesta terça-feira (14/3), seis servidores efetivos da empresa foram afastados de suas funções. A Justiça também determinou o bloqueio de R\$ 6,4 milhões em bens dos investigados.

A PC também cumpriu, nesta terça-feira, 37 mandados de busca e apreensão em Goiás, Rio Grande do Sul e no Distrito Federal. Segundo o delegado Danilo Victor, da Delegacia Estadual de Combate à Corrupção (Deccor), a polícia trabalha em juntar documentos para comprovar fraudes. "Estamos juntando documentos e outros materiais que ajudarão a comprovar as fraudes, e também que nos darão a dimensão do valor que foi pago a mais pelos produtos vendidos e serviços prestados", disse.

Segundo ele, a empresa que venceu a licitação para prestar serviço à Saneago é fantasma e foi criada apenas para cometer a fraude. "Além de já termos comprovado a fraude na licitação, que foi direcionada, a Controladoria Geral do Estado também constatou que os serviços prestados por esta empresa, e materiais fornecidos à Saneago por eles, estão todos com sobrepreço", afirmou.

Além disso, uma empresa situada no Distrito Federal também teria participado do esquema para que a prestadora de serviço ganhasse a licitação.

Em nota, um advogado que defende dois dos servidores afastados afirmou que ambos são inocentes e que participaram do procedimento licitatório de forma "estritamente técnica".

" Quanto à Operação Alto Custo, da Polícia Civil, o advogado Matheus Costa, do Pacheco & Costa Advogados, ressalta que ainda não foi franqueado à defesa o acesso aos autos, mas tendo em vista o que já foi apurado em inquérito, a defesa de SILVANA CANUTO MEDEIROS vê essas medidas deflagradas com bastante estranheza, uma vez que órgãos como Controladoria Geral do Estado e **Tribunal de Contas do Estado** já apontaram entendimento por ausência de prejuízo financeiro no contrato ora investigado.

Por sua vez, quanto a defesa de ROBSON ALMEIDA RAMOS, de igual modo, o **Tribunal de Contas do Estado** já declarou que sua participação no procedimento licitatório foi estritamente técnica, isentando-o de qualquer responsabilidade por supostas irregularidades no referido contrato.

Por fim, acrescentamos que todas as questões serão enfrentadas nos autos, demonstrando que não há qualquer vinculação de Silvana e Robson com as supostas irregularidades investigadas, tampouco com as empresas licitantes".

Em nota, a Saneago afirmou que está a disposição da Polícia Civil e que o contrato com a empresa já foi rescindido e que estava suspenso desde novembro de 2021.

"Em relação à Operação Custo Máximo, informamos que não houve busca e apreensão em nenhuma unidade da Companhia, e que a Saneago está à disposição da Polícia Civil para colaborar com a investigação. Esclarecemos também que nem a Saneago, nem seus diretores são réus na ação.

A Companhia implantou e tem priorizado a execução das melhores práticas de governança e compliance. Tanto é que, na atual gestão, o procedimento padrão é a apuração rigorosa e imediata de todo contrato após qualquer denúncia, como ocorrido desde o início do caso.

O contrato com a BRS Distribuição e Suprimentos já foi rescindido. De qualquer forma, o contrato já estava suspenso desde novembro de 2021 (antes mesmo do início das investigações) - sua execução foi de apenas três meses. Os pagamentos neste contrato foram retidos e glosados (cancelados), não causando prejuízos para a Saneago.

Foram tomadas todas as providências solicitadas na determinação judicial.

A Saneago aguarda os resultados das investigações. E, como sempre tem feito nesta gestão, seguirá colaborando para esclarecimentos".

**Site:** <https://lancegoias.com.br/2023/03/14/suspeitos-de-fraude-teriam-criado-empresa-fantasma-para-vencer-licitacao-da-saneago/>

# Operação da Polícia Civil apura fraude em licitação, superfaturamento e afasta servidores da Saneago

A Operação Custo Máximo, que cumpriu 37 mandados de busca e apreensão, que tem como objetivo investigar crimes de fraudes a licitação, direcionamento de processo licitatório e associação criminosa, nesta terça-feira (14), tem como alvo empresa do Rio Grande do Sul, que teria vencido licitação de prestação de serviços, ao custo de R\$ 85 milhões, à Companhia de Saneamento de Goiás (Saneago).

O delegado Danilo Victor Nunes explicou que a empresa gaúcha, vencedora da licitação, utilizava de "empresas fantasmas" localizadas em Goiânia e em Campo Bom (RS) para fornecer produtos à contratante.

>>> [Clique aqui](#) e receba notícias de Goiás na palma da sua mão

>>> [Acesse este link](#) e siga a notícia em tempo real no Instagram

Explicou que desde a publicação do edital várias irregularidades foram encontradas pela Controladoria no processo licitatório.

"O primeiro pregão chegou a ser cancelado, pois tinha problemas na publicação do edital e a participação de uma única empresa. O segundo [pregão] também teve, mas acabou contratando a empresa. Contudo, logo depois foi verificada diversas irregularidades em relação ao preço: havia superfaturamento e sobrepreço", explicou o delegado.

Danilo Nunes acrescentou que há evidências de que a empresa beneficiada na licitação já se consagraria como a vencedora. "Há indícios de que outra empresa, localizada no DF, foi utilizada no processo licitatório para simular uma competitividade", disse.

O delegado diz que o contrato foi suspenso quando R\$ 22 milhões já haviam sido pagos. Desse total, R\$ 6,4 milhões teriam sido pagos indevidamente.

"Caso tivesse cumprido todo o contrato, o rombo seria de mais de 85 milhões de danos. Ficou evidenciado que a Saneago estava pagando mais do que havia

sido acordado", disse o delegado.

A polícia pediu que esse valor pago indevidamente fosse bloqueado da empresa investigada. O contrato foi interrompido após cerca de 8 meses por irregularidades encontradas em uma investigação da Controladoria-Geral do Estado de Goiás.

Na manhã desta terça-feira (14) foram cumpridos 21 mandados de busca e apreensão, cinco de afastamento cautelar de função pública, seis de proibição de frequentar determinados locais, quatro de proibição de realizar contratos com o poder público.

Além dos mandados, a Polícia Civil determinou um bloqueio financeiro de R\$ 6,4 milhões. Em Goiás são nove investigados, dentre eles, funcionários e ex-funcionários da Companhia de Saneamento de Goiás (Saneago), mais nove no RS e três no DF.

Dentre os investigados, há uma ex-diretora da Saneago, Silvana Canuto Medeiros, afastada das funções no início de 2022. Além de um superintendente, gerente, gestores e fiscais de contrato. Até o momento, cinco foram afastados de suas funções e proibidos de ir até a sede da Companhia.

O advogado de Silvana informou que ainda não foi franqueado à defesa o acesso aos autos, mas tendo em vista o que já apurado em inquérito, a defesa vê essas medidas deflagradas com estranheza.

Uma vez que órgãos como Controladoria Geral do Estado e **Tribunal de Contas do Estado** já apontaram entendimento por ausência de prejuízo financeiro no contrato ora investigado. Informou ainda que todas as questões serão enfrentadas nos processos.

Em nota, a Saneago informou que a empresa e nem seus diretores são réus na ação. A companhia disse também que o contrato com a BRS Distribuição e Suprimentos já foi rescindido e que ele já estava suspenso desde novembro de 2021 (antes mesmo do início das investigações) - sua execução foi de apenas três meses. Os pagamentos neste contrato foram

retidos e glosados (cancelados), não causando prejuízos para a Saneago .

Confira íntegra da nota da Saneago

Em relação à Operação Custo Máximo, informamos que não houve busca e apreensão em nenhuma unidade da Companhia, e que a Saneago está à disposição da Polícia Civil para colaborar com a investigação. Esclarecemos também que nem a Saneago, nem seus diretores são réus na ação.

A Companhia implantou e tem priorizado a execução das melhores práticas de governança e compliance. Tanto é que, na atual gestão, o procedimento padrão é a apuração rigorosa e imediata de todo contrato após qualquer denúncia, como ocorrido desde o início do caso.

O contrato com a BRS Distribuição e Suprimentos já foi rescindido. De qualquer forma, o contrato já estava suspenso desde novembro de 2021 (antes mesmo do início das investigações) - sua execução foi de apenas três meses. Os pagamentos neste contrato foram retidos e glosados (cancelados), não causando prejuízos para a Saneago.

Foram tomadas todas as providências solicitadas na determinação judicial.

A Saneago aguarda os resultados das investigações. E, como sempre tem feito nesta gestão, seguirá colaborando para esclarecimentos .

Com informações G1Goiás

**Site: <https://www.g5news.com.br/policia/operacao-da-policia-civil-apura-fraude-em-licitacao-superfaturamento-e-afasta-servidores-da-saneago/178674>**

# Matérias são lidas no Expediente

O Expediente da sessão ordinária desta terça-feira, 14, registrou as seguintes matérias:

Processo nº 269/23 - Comunica promulgação de autógrafa de lei, já que não houve manifestação da Governadoria;

Processo nº 261/23 - Governadoria - Altera a Lei que institui o Código Tributário do Estado de **Goiás**;

Processo nº 271/23 - **TCE**-GO - Relatório do quarto trimestre de 2022;

Agência Assembleia de Notícias

Compartilhar

**Site:** <https://portal.al.go.leg.br/noticias/130533/materias-sao-lidas-no-expediente>

# Empresa fantasma foi criada na vencer licitação na Saneago, diz delegado

**Aulus Rincon**

Uma empresa fantasma, segundo a Polícia Civil, foi criada no Rio Grande do Sul apenas para vencer uma licitação fraudulenta, e prestar serviços com preços bem acima dos praticados pelo mercado à Saneago. Em operação desencadeada nesta terça-feira (14), seis servidores efetivos da empresa de saneamento foram afastados de suas funções, e a justiça determinou o bloqueio de R\$ 6,4 milhões em bens dos investigados.

Além do afastamento dos seis servidores, entre eles uma mulher que exercia o cargo de direção da Saneago, e que já havia sido retirada do cargo em uma primeira operação, desencadeada em 2021, a Polícia Civil também cumpriu hoje 37 mandados de busca e apreensão em Goiás, Rio Grande do Sul, e no Distrito Federal. "Estamos juntando documentos e outros materiais que ajudarão a comprovar as fraudes, e também que nos darão a dimensão do valor que foi pago a mais pelos produtos vendidos e serviços prestados", declarou o delegado Danilo Victor, adjunto da Delegacia Estadual de Combate à Corrupção (Deccor).

Segundo o policial, a empresa que em 2020 ganhou uma licitação dirigida para realizar serviços à Saneago, é fantasma, e foi criada somente para lesar o erário público. "Além de já termos comprovado a fraude na licitação, que foi direcionada, a Controladoria Geral do Estado também constatou que os serviços prestados por esta empresa, e materiais fornecidos à Saneago por eles, estão todos com sobrepreço", pontuou.

Uma empresa do Distrito Federal, ainda de acordo com o delegado, também teria participado da fraude para que a prestadora de serviços do Rio Grande do Sul saísse vitoriosa da licitação junto à Saneago. Mandados de busca foram cumpridos na empresa do DF na manhã de hoje.

Defesa diz que servidores são inocentes

Questionada sobre a operação, a Saneago encaminhou nota de um advogado que defende dois dos servidores da estatal. Nomes e dados dos outros quatro servidores que também foram afastados não foram divulgados. Veja abaixo o que diz a nota

encaminhada pela Saneago, que foi assinada por um advogado.

"Quanto à Operação Alto Custo, da Polícia Civil, o advogado Matheus Costa, do Pacheco & Costa Advogados, ressalta que ainda não foi franqueado à defesa o acesso aos autos, mas tendo em vista o que já foi apurado em inquérito, a defesa de SILVANA CANUTO MEDEIROS vê essas medidas deflagradas com bastante estranheza, uma vez que órgãos como Controladoria Geral do Estado e **Tribunal de Contas do Estado** já apontaram entendimento por ausência de prejuízo financeiro no contrato ora investigado.

Por sua vez, quanto a defesa de ROBSON ALMEIDA RAMOS, de igual modo, o **Tribunal de Contas do Estado** já declarou que sua participação no procedimento licitatório foi estritamente técnica, isentando-o de qualquer responsabilidade por supostas irregularidades no referido contrato.

Por fim, acrescentamos que todas as questões serão enfrentadas nos autos, demonstrando que não há qualquer vinculação de Silvana e Robson com as supostas irregularidades investigadas, tampouco com as empresas licitantes".

Advogado Matheus Costa

Além de terem sido afastados das funções, os servidores efetivos da Saneago também estão proibidos de frequentar a sede da empresa.

**Site:** <https://www.maisgoias.com.br/cidades/empresa-fantasma-foi-criada-na-vencer-licitacao-na-saneago-diz-delegado/>

# Operação em Goiás, RS e DF contra fraudes em licitações cumpre 37 mandados e bloqueia R\$ 6,4 milhões de suspeitos

Como os nomes dos envolvidos não foram divulgados, O POPULAR não conseguiu localizar a defesa dos investigados. (Divulgação/Polícia Civil de Goiás)

A Operação Custo Máximo, deflagrada na manhã desta terça-feira (14), cumpre 37 mandados e bloqueia R\$ 6,4 milhões de suspeitos em Goiás, Rio Grande do Sul e Distrito Federal. A Polícia Civil de Goiás investiga fraudes em licitações, direcionamento de processo licitatório e associação criminosa.

Os agentes estão cumprindo mandados de busca e apreensão, afastamento de função pública, proibição de contratar com o poder público e bloqueio de bens avaliados em R\$6 milhões e 400 mil. A operação está acontecendo nos estados de Goiás, Rio Grande do Sul e Distrito Federal.

Como os nomes dos envolvidos não foram divulgados, O POPULAR não conseguiu localizar a defesa dos investigados. Segundo a PCGO, mais informações serão repassadas ao longo do dia.

Saneago

De acordo com o Ministério Público de Goiás (MPGO), em 2022, um contrato no valor de R\$ 4 milhões teria sido celebrado de forma fraudulenta entre a empresa alvo da operação e a Companhia de Saneamento de Goiás, a Saneago.

O contrato com a Saneago para a distribuição de água nos caminhões foi firmado no início de 2020. No entanto, o Ministério Público verificou que a empresa não tinha o devido conhecimento técnico para realizar o serviço.

Em nota, a defesa dos funcionários envolvidos informou que vê as medidas deflagradas com bastante estranheza. "Órgãos como a Controladoria Geral do Estado e **Tribunal de Contas do Estado** já apontaram entendimento por ausência de prejuízo financeiro no contrato ora investigado", informou.

"Por sua vez, quanto a defesa, de igual modo, o **Tribunal de Contas do Estado** já declarou que sua participação no procedimento licitatório foi estritamente

técnica, isentando-o de qualquer responsabilidade por supostas irregularidades no referido contrato. Por fim, acrescentamos que todas as questões serão enfrentadas nos autos, demonstrando que não há qualquer vinculação dos servidores com as supostas irregularidades investigadas, tampouco com as empresas licitantes".

Leia também:

A Delegacia de Polícia de Combate à Corrupção do RS investiga crimes licitatórios, corrupção e associação criminosa em prejuízo do Estado do Rio Grande do Sul, a partir de licitação destinada à contratação de curso online de desenvolvimento de jogos eletrônicos pela Secretaria de Estado de Inovação, Ciência e Tecnologia. Os demais órgãos investigados ainda não foram divulgados.

**Site:** <https://opopular.com.br/cidades/operac-o-em-goias-rs-e-df-contra-fraudes-em-licitac-es-cumpre-37-mandados-e-bloqueia-r-6-4-milh-es-de-suspeitos-1.3008117>

# Servidores são afastados por suspeita em licitação

Nos bastidores, a informação sobre a investigação do caso já circulava na Saneago há pelo menos um ano (Wildes Barbosa)

Cinco servidores públicos foram alvos de mandados de afastamento da função, no âmbito da Operação Custo Máximo, deflagrada pela Polícia Civil, por meio da Delegacia Estadual de Combate à Corrupção (Deccor), nesta terça-feira (14). A operação apura prejuízo de R\$ 6,4 milhões em contrato de 2021 entre a Saneamento de **Goiás** S/A (Saneago) e empresa do Rio Grande do Sul que firmou contrato com a estatal goiana para fornecimento de produtos por meio de almoxarifado virtual.

De acordo com o delegado Danilo Victor Nunes de Souza, os materiais eram fornecidos com valores superfaturados. Além disso, a Polícia Civil também apura fraude no processo de licitação.

A suspeita de irregularidade no contrato da Saneago com BRS Distribuição e Suprimentos já circula na **administração estadual** há pelo menos um ano. Em janeiro de 2022, o governador Ronaldo Caiado (UB) indicou o então diretor-executivo de Liquidação de Estatais da Secretaria de Administração (Sead), Edson Sales de Azeredo Souza, para ocupar a diretoria de Gestão Corporativa e substituir Silvana Canuto Medeiros, supostamente envolvida em irregularidades do contrato em questão. Na época, já circulava nos bastidores informação de que havia investigação em curso sobre o caso.

Ao todo, foram cumpridos mandados judiciais em **Goiás**, Rio Grande do Sul e no Distrito Federal. Foram 21 mandados de busca e apreensão, cinco de afastamento da função pública (casos dos servidores), seis de proibição de frequência a determinados lugares e quatro mandados de proibição de contratar com o poder público. Ninguém foi preso nesta fase da operação.

Segundo Souza, são alvos um supervisor que trabalhava na superintendência de logística, um servidor da gerência de compras, uma gestora de contrato, uma fiscal de contrato e ainda uma assessora que trabalhava com a diretora afastada no início de 2022. Silvana também foi alvo de um dos mandados e não pode comparecer à Saneago ou entrar em contato com os investigados.

## Fraude

A investigação também apontou, segundo o delegado, que a empresa, após contratada, vendia produtos acima do preço de mercado para a Saneago. Eram materiais como ferramentas e produtos específicos de tratamento de água. "Os bens eram repassados para a Saneago a alto custo. E o preço do serviço era com base em um formato totalmente desvantajoso, era muito alto, cobrava 75% do preço de serviço, que era considerado muito alto para os padrões", afirmou.

O contrato firmado foi de R\$ 85 milhões. Do total, R\$ 22 milhões foram executados. De acordo com Danilo, há indício de que R\$ 6,4 milhões foram pagos indevidamente à empresa (em meio ao superfaturamento de produtos e serviços). Houve pedido de bloqueio de bens de investigados na ordem do prejuízo apurado.

Souza explica que a primeira licitação para contratar o serviço ocorreu em 2019, mas foi cancelada após intervenção da Controladoria-Geral do Estado (CGE), que apontou a participação de apenas uma empresa, do Rio Grande do Sul, e outras irregularidades.

No segundo processo, realizado em 2020, a mesma empresa entrou na concorrência mais uma vez, junto com outra do Distrito Federal. No entanto, há suspeita de que essa segunda empresa foi usada apenas para simular a concorrência.

## Defesa

Em nota, a Saneago informou que não houve mandado de busca e apreensão em nenhuma unidade da companhia, e que está à disposição da Polícia Civil para colaborar com a investigação. "Esclarecemos também que nem a Saneago, nem seus diretores são réus na ação", informa o texto.

A estatal argumentou ainda que o contrato com a BRS Distribuição e Suprimentos já foi rescindido. "De qualquer forma, o contrato já estava suspenso desde novembro de 2021 (antes mesmo do início das investigações) - sua execução foi de apenas três meses. Os pagamentos neste contrato foram retidos e glosados (cancelados), não causando prejuízos para a Saneago", diz a companhia.

A empresa também informou que foram tomadas todas as providências solicitadas na determinação judicial, que a companhia aguarda o resultado das investigações e colaborará para esclarecimentos. "A Companhia implantou e tem priorizado a execução das melhores práticas de governança e compliance. Tanto é que, na atual gestão, o procedimento padrão é a apuração rigorosa e imediata de todo contrato após qualquer denúncia, como ocorrido desde o início do caso", afirma o texto.

Também por nota, o advogado de Silvana, Matheus Costa, disse que a defesa ainda não teve acesso aos autos, mas, levando em consideração o que foi apurado em inquérito, vê as medidas deflagradas com "bastante estranheza, uma vez que órgãos como Controladoria-Geral do Estado e **Tribunal de Contas do Estado** já apontaram entendimento por ausência de prejuízo financeiro no contrato ora investigado".

O advogado afirmou ainda que todas as questões serão enfrentadas no processo, demonstrando que não há ligação entre Silvana e as supostas irregularidades investigadas, tampouco com as empresas licitantes. A reportagem entrou em contato com a BRS, mas não houve retorno até o fechamento desta edição.

**Site:** <https://opopular.com.br/politica/servidores-s-o-afastados-por-suspeita-em-licitac-o-1.3008465>

# Matérias são lidas no Expediente

O Expediente da sessão ordinária desta terça-feira, 14, registrou as seguintes matérias:

Processo nº 269/23 - Comunica promulgação de autógrafo de lei, já que não houve manifestação da Governadoria;

Processo nº 261/23 - Governadoria - Altera a Lei que institui o Código Tributário do Estado de **Goiás**;

Processo nº 271/23 - **TCE**-GO - Relatório do quarto trimestre de 2022;

**Site:** <https://brasilemfolhas.com/2023/03/14/materias-sao-lidas-no-expediente/>

# Alvo de operação contra fraudes é empresa vencedora de licitação que custaria R\$ 85 milhões à Saneago, diz polícia

A Operação Custo Máximo, que cum priu 37 mandados de busca e apreensão contra fraudes em contratos públicos nesta terça-feira (14), investiga uma empresa do Rio Grande do Sul que teria vencido uma licitação de prestação de serviços de almoxarifado, que custaria R\$ 85 milhões à Companhia de Saneamento de Goiás (Saneago).

O delegado responsável pelo caso, Danilo Victor Nunes, conta que a empresa chegou a operar, mas teve o contrato interrompido cerca de 8 meses depois e que o contrato foi cancelado após irregularidades encontradas em uma investigação da Controladoria-Geral do Estado de Goiás.

Em nota, a Saneago informou que a empresa e nem seus diretores são réus na ação. A companhia disse também que o contrato com a BRS Distribuição e Suprimentos já foi rescindido e que ele já estava suspenso desde novembro de 2021 (antes mesmo do início das investigações) - sua execução foi de apenas três meses. Os pagamentos neste contrato foram retidos e glosados (cancelados), não causando prejuízos para a Saneago . (nota na íntegra ao fim do texto).

O g1 pediu um posicionamento para a BRS Distribuição e Suprimentos, por e-mail, às 14h35 desta terça-feira (14), e aguarda resposta.

## LEIA TAMBÉM

Na manhã desta terça-feira foram cumpridos 21 mandados de de busca e apreensão, cinco de afastamento cautelar de função pública, seis de proibição de frequentar determinados locais, quatro de proibição de realizar contratos com o poder público.

Além dos mandados, a Polícia Civil determinou um bloqueio financeiro de R\$ 6,4 milhões. Em Goiás são nove investigados, dentre eles, funcionários e ex-funcionários da Companhia de Saneamento de Goiás (Saneago), mais nove no RS e três no DF.

Dentre os investigados, há uma ex-diretora da Saneago, Silvana Canuto Medeiros, afastada das funções no início de 2022. Além de um

superintendente, gerente, gestores e fiscais de contrato. Até o momento, cinco foram afastados de suas funções e proibidos de irem até a sede da Saneago.

O advogado de Silvana informou que ainda não foi franqueado à defesa o acesso aos autos, mas tendo em vista o que já apurado em inquérito, a defesa vê essas medidas deflagradas com estranheza. Uma vez que órgãos como Controladoria Geral do Estado e **Tribunal de Contas do Estado** já apontaram entendimento por ausência de prejuízo financeiro no contrato ora investigado . Informou ainda que todas as questões serão enfrentadas nos processo.

O delegado explicou que a empresa gaúcha, vencedora da licitação, utilizava de "empresas fantasmas" localizadas em Goiânia e em Campo Bom (RS) para fornecer produtos à contratante.

O investigador disse que desde a publicação do edital várias irregularidades foram encontradas pela Controladoria no processo licitatório. "O primeiro pregão chegou a ser cancelado, pois tinha problemas na publicação do edital e a participação de uma única empresa. O segundo [pregão] também teve, mas acabou contratando a empresa. Contudo, logo depois foi verificado diversas irregularidades em relação ao preço: havia superfaturamento e sobrepreço", explicou o delegado.

Danilo Nunes contou que há evidências de que a empresa beneficiada na licitação já se consagraria como a vencedora. "Há indícios de que outra empresa, localizada no DF, foi utilizada no processo licitatório para simular uma competitividade", disse.

O delegado diz que o contrato foi suspenso quando R\$ 22 milhões já haviam sido pagos. Desse total, R\$ 6,4 milhões teriam sido pagos indevidamente.

"Caso tivesse cumprido todo o contrato, o rombo seria de mais de 85 milhões de danos. Ficou evidenciado que a Saneago estava pagando mais do que havia sido acordado", disse o delegado. A polícia pediu que esse valor pago indevidamente fosse bloqueado da empresa investigada.

São investigados os crimes de fraude e direcionamento de procedimento licitatório e associação criminosa. Além da Polícia Civil do Estado de Goiás, houve também a participação e apoio operacional da Polícia Civil do Rio Grande do Sul e da Polícia Civil do Distrito Federal.

Em relação à Operação Custo Máximo, informamos que não houve busca e apreensão em nenhuma unidade da Companhia, e que a Saneago está à disposição da Polícia Civil para colaborar com a investigação. Esclarecemos também que nem a Saneago, nem seus diretores são réus na ação.

A Companhia implantou e tem priorizado a execução das melhores práticas de governança e compliance. Tanto é que, na atual gestão, o procedimento padrão é a apuração rigorosa e imediata de todo contrato após qualquer denúncia, como ocorrido desde o início do caso.

O contrato com a BRS Distribuição e Suprimentos já foi rescindido. De qualquer forma, o contrato já estava suspenso desde novembro de 2021 (antes mesmo do início das investigações) - sua execução foi de apenas três meses. Os pagamentos neste contrato foram retidos e glosados (cancelados), não causando prejuízos para a Saneago.

Foram tomadas todas as providências solicitadas na determinação judicial.

A Saneago aguarda os resultados das investigações. E, como sempre tem feito nesta gestão, seguirá colaborando para esclarecimentos.

Veja outras notícias da região no g1 Goiás.

**Site:**

**<https://g1.globo.com/go/goias/noticia/2023/03/14/alvo-de-operacao-contra-fraudes-e-empresa-vencedora-de-licitacao-que-custaria-r-85-milhoes-a-saneago-diz-policia.ghtml>**

# Operação em Goiás, RS e DF contra fraudes em licitações cumpre 37 mandados e bloqueia R\$ 6,4 milhões

Segundo a PCGO, são cumpridos 37 mandados de busca e apreensão, afastamento de função pública e proibição de contratar com o poder público

A Operação Custo Máximo, deflagrada na manhã desta terça-feira (14), cumpre 37 mandados e bloqueia R\$6,4 milhões dos suspeitos em Goiás, Rio Grande do Sul e Distrito Federal. A Polícia Civil de Goiás investiga fraudes em licitações, direcionamento de processo licitatório e associação criminosa.

Os agentes estão cumprindo mandados de busca e apreensão, afastamento de função pública, proibição de contratar com o poder público e bloqueio de bens avaliados em R\$6 milhões e 400 mil. A operação está acontecendo nos estados de Goiás, Rio Grande do Sul e Distrito Federal. Como os nomes dos envolvidos não foram divulgados, Segundo a PCGO, mais informações serão repassadas ao longo do dia.

## Saneago

De acordo com o Ministério Público de Goiás (MPGO), em 2022, um contrato no valor de R\$4 milhões teria sido celebrado de forma fraudulenta entre a empresa alvo da operação e a Companhia de Saneamento de Goiás, a Saneago. O contrato com a Saneago para a distribuição de água nos caminhões foi firmado no início de 2020. No entanto, o Ministério Público verificou que a empresa não tinha o devido conhecimento técnico para realizar o serviço. Em nota, a defesa dos funcionários envolvidos informou que vê as medidas deflagradas com bastante estranheza.

"Órgãos como a Controladoria Geral do Estado e **Tribunal de Contas do Estado** já apontaram entendimento por ausência de prejuízo financeiro no contrato ora investigado", informou. "Por sua vez, quanto à defesa, de igual modo, o **Tribunal de Contas do Estado** já declarou que sua participação no procedimento licitatório foi estritamente técnica, isentando-o de qualquer responsabilidade por supostas irregularidades no referido contrato. Por fim, acrescentamos que todas as questões serão enfrentadas nos autos, demonstrando que não há qualquer vinculação dos servidores com as supostas irregularidades investigadas, tampouco com as

empresas licitantes".

## Rio Grande do Sul

A Delegacia de Polícia de Combate à Corrupção do RS investiga crimes licitatórios, corrupção e associação criminosa em prejuízo do Estado do Rio Grande do Sul, a partir de licitação destinada à contratação de curso online de desenvolvimento de jogos eletrônicos pela Secretaria de Estado de Inovação, Ciência e Tecnologia. Os demais órgãos investigados ainda não foram divulgados.

**Site:** <https://goianiaurgente.com.br/operacao-em-goias-rs-e-df-contra-fraudes-em-licitacoes-cumpre-37-mandados-e-bloqueia-r-64-milhoes/>

# Empresa fantasma foi criada para vencer licitação na Saneago, diz delegado

Por: Redação - Jornal Águas Lindas

Uma empresa fantasma, segundo a Polícia Civil, foi criada no Rio Grande do Sul apenas para vencer uma licitação fraudulenta, e prestar serviços com preços bem acima dos praticados pelo mercado à Saneago. Em operação desencadeada nesta terça-feira (14), seis servidores efetivos da empresa de saneamento foram afastados de suas funções, e a justiça determinou o bloqueio de R\$ 6,4 milhões em bens dos investigados.

Além do afastamento dos seis servidores, entre eles uma mulher que exercia o cargo de direção da Saneago, e que já havia sido retirada do cargo em uma primeira operação, desencadeada em 2021, a Polícia Civil também cumpriu hoje 37 mandados de busca e apreensão em Goiás, Rio Grande do Sul, e no Distrito Federal. "Estamos juntando documentos e outros materiais que ajudarão a comprovar as fraudes, e também que nos darão a dimensão do valor que foi pago a mais pelos produtos vendidos e serviços prestados", declarou o delegado Danilo Victor, adjunto da Delegacia Estadual de Combate à Corrupção (Deccor).

Segundo o policial, a empresa que em 2020 ganhou uma licitação dirigida para realizar serviços à Saneago, é fantasma, e foi criada somente para lesar o erário público. "Além de já termos comprovado a fraude na licitação, que foi direcionada, a Controladoria Geral do Estado também constatou que os serviços prestados por esta empresa, e materiais fornecidos à Saneago por eles, estão todos com sobrepreço", pontuou.

Uma empresa do Distrito Federal, ainda de acordo com o delegado, também teria participado da fraude para que a prestadora de serviços do Rio Grande do Sul saísse vitoriosa da licitação junto à Saneago. Mandados de busca foram cumpridos na empresa do DF na manhã de hoje.

Defesa diz que servidores são inocentes

Questionada sobre a operação, a Saneago encaminhou nota de um advogado que defende dois dos servidores da estatal. Nomes e dados dos outros quatro servidores que também foram afastados não foram divulgados. Veja abaixo o que diz a nota

encaminhada pela Saneago, que foi assinada por um advogado.

"Quanto à Operação Alto Custo, da Polícia Civil, o advogado Matheus Costa, do Pacheco & Costa Advogados, ressalta que ainda não foi franqueado à defesa o acesso aos autos, mas tendo em vista o que já foi apurado em inquérito, a defesa de SILVANA CANUTO MEDEIROS vê essas medidas deflagradas com bastante estranheza, uma vez que órgãos como Controladoria Geral do Estado e **Tribunal de Contas do Estado** já apontaram entendimento por ausência de prejuízo financeiro no contrato ora investigado.

Por sua vez, quanto a defesa de ROBSON ALMEIDA RAMOS, de igual modo, o **Tribunal de Contas do Estado** já declarou que sua participação no procedimento licitatório foi estritamente técnica, isentando-o de qualquer responsabilidade por supostas irregularidades no referido contrato.

Por fim, acrescentamos que todas as questões serão enfrentadas nos autos, demonstrando que não há qualquer vinculação de Silvana e Robson com as supostas irregularidades investigadas, tampouco com as empresas licitantes".

Advogado Matheus Costa

Além de terem sido afastados das funções, os servidores efetivos da Saneago também estão proibidos de frequentar a sede da empresa.

Mais Goiás

Site:

<https://jornalaguaslindas.com.br/noticias/goias/empresa-fantasma-foi-criada-para-vencer-licitacao-na-saneago-diz-delegado/>

# Suspeitos de fraude teriam criado empresa fantasma para vencer licitação da Saneago

Os suspeitos de fraudar licitação da Saneago teriam criado uma empresa fantasma para prestar serviços com preços bem acima dos praticados. Em operação da Polícia Civil (PC) realizada nesta terça-feira (14/3), seis servidores efetivos da empresa foram afastados de suas funções. A Justiça também determinou o bloqueio de R\$ 6,4 milhões em bens dos investigados.

A PC também cumpriu, nesta terça-feira, 37 mandados de busca e apreensão em Goiás, Rio Grande do Sul e no Distrito Federal. Segundo o delegado Danilo Victor, da Delegacia Estadual de Combate à Corrupção (Deccor), a polícia trabalha em juntar documentos para comprovar fraudes. "Estamos juntando documentos e outros materiais que ajudarão a comprovar as fraudes, e também que nos darão a dimensão do valor que foi pago a mais pelos produtos vendidos e serviços prestados", disse.

Segundo ele, a empresa que venceu a licitação para prestar serviço à Saneago é fantasma e foi criada apenas para cometer a fraude. "Além de já termos comprovado a fraude na licitação, que foi direcionada, a Controladoria Geral do Estado também constatou que os serviços prestados por esta empresa, e materiais fornecidos à Saneago por eles, estão todos com sobrepreço", afirmou.

Além disso, uma empresa situada no Distrito Federal também teria participado do esquema para que a prestadora de serviço ganhasse a licitação.

Em nota, um advogado que defende dois dos servidores afastados afirmou que ambos são inocentes e que participaram do procedimento licitatório de forma "estritamente técnica".

" Quanto à Operação Alto Custo, da Polícia Civil, o advogado Matheus Costa, do Pacheco & Costa Advogados, ressalta que ainda não foi franqueado à defesa o acesso aos autos, mas tendo em vista o que já foi apurado em inquérito, a defesa de SILVANA CANUTO MEDEIROS vê essas medidas deflagradas com bastante estranheza, uma vez que órgãos como Controladoria Geral do Estado e **Tribunal de Contas do Estado** já apontaram entendimento por ausência de prejuízo financeiro no contrato ora investigado.

Por sua vez, quanto a defesa de ROBSON ALMEIDA RAMOS, de igual modo, o **Tribunal de Contas do**

**Estado** já declarou que sua participação no procedimento licitatório foi estritamente técnica, isentando-o de qualquer responsabilidade por supostas irregularidades no referido contrato.

Por fim, acrescentamos que todas as questões serão enfrentadas nos autos, demonstrando que não há qualquer vinculação de Silvana e Robson com as supostas irregularidades investigadas, tampouco com as empresas licitantes".

Em nota, a Saneago afirmou que está a disposição da Polícia Civil e que o contrato com a empresa já foi rescindido e que estava suspenso desde novembro de 2021.

"Em relação à Operação Custo Máximo, informamos que não houve busca e apreensão em nenhuma unidade da Companhia, e que a Saneago está à disposição da Polícia Civil para colaborar com a investigação. Esclarecemos também que nem a Saneago, nem seus diretores são réus na ação.

A Companhia implantou e tem priorizado a execução das melhores práticas de governança e compliance. Tanto é que, na atual gestão, o procedimento padrão é a apuração rigorosa e imediata de todo contrato após qualquer denúncia, como ocorrido desde o início do caso.

O contrato com a BRS Distribuição e Suprimentos já foi rescindido. De qualquer forma, o contrato já estava suspenso desde novembro de 2021 (antes mesmo do início das investigações) - sua execução foi de apenas três meses. Os pagamentos neste contrato foram retidos e glosados (cancelados), não causando prejuízos para a Saneago.

Foram tomadas todas as providências solicitadas na determinação judicial.

A Saneago aguarda os resultados das investigações. E, como sempre tem feito nesta gestão, seguirá colaborando para esclarecimentos".

**Site:**

<https://ohoje.com/noticia/cidades/n/1484570/t/suspeitos-de-fraude-teriam-criado-empresa-fantasma-para-vencer-licitacao-da-saneago/>

# Alvo de operação contra fraudes é empresa vencedora de licitação que custaria R\$ 85 milhões à Saneago, diz polícia

Operação Custo Máximo cumpriu 37 mandados de busca e apreensão e bloqueou mais de R\$ 6 milhões em bens da empresa. Ex-diretora e funcionários da Saneago são investigados. Operação cumpre 37 mandados de busca e apreensão de grupo suspeito de fraudar licitações

A Operação Custo Máximo, que cumpriu 37 mandados de busca e apreensão contra fraudes em contratos públicos nesta terça-feira (14), investiga uma empresa do Rio Grande do Sul que teria vencido uma licitação de prestação de serviços de almoxarifado, que custaria R\$ 85 milhões à Companhia de Saneamento de Goiás (Saneago).

Compartilhe no WhatsApp

Compartilhe no Telegram

O delegado responsável pelo caso, Danilo Victor Nunes, conta que a empresa chegou a operar, mas teve o contrato interrompido cerca de 8 meses depois e que o contrato foi cancelado após irregularidades encontradas em uma investigação da Controladoria-Geral do Estado de Goiás.

Em nota, a Saneago informou que a empresa e nem seus diretores são réus na ação. A companhia disse também que o contrato com a BRS Distribuição e Suprimentos já foi rescindido e que ele já estava suspenso desde novembro de 2021 (antes mesmo do início das investigações) - sua execução foi de apenas três meses. Os pagamentos neste contrato foram retidos e glosados (cancelados), não causando prejuízos para a Saneago. (nota na íntegra ao fim do texto).

O g1 pediu um posicionamento para a BRS Distribuição e Suprimentos, por e-mail, às 14h35 desta terça-feira (14), e aguarda resposta.

LEIA TAMBÉM

Operação cumpre mandados em investigação de desvio de dinheiro em OS que administrava hospitais de Goiás durante a pandemia

Irmão do ex-secretário de Saúde Ismael Alexandrino é preso em operação que investiga fraudes na contratação de empresa por OS

Operação cumpre mandados de prisão contra grupo suspeito de fraudar licitações de mais de R\$ 300 milhões em ao menos 30 cidades de Goiás

Sede da Saneago

Assessoria de Imprensa da Saneago/Divulgação

Investigação

Na manhã desta terça-feira foram cumpridos 21 mandados de busca e apreensão, cinco de afastamento cautelar de função pública, seis de proibição de frequentar determinados locais, quatro de proibição de realizar contratos com o poder público.

Além dos mandados, a Polícia Civil determinou um bloqueio financeiro de R\$ 6,4 milhões. Em Goiás são nove investigados, dentre eles, funcionários e ex-funcionários da Companhia de Saneamento de Goiás (Saneago), mais nove no RS e três no DF.

Dentre os investigados, há uma ex-diretora da Saneago, Silvana Canuto Medeiros, afastada das funções no início de 2022. Além de um superintendente, gerente, gestores e fiscais de contrato. Até o momento, cinco foram afastados de suas funções e proibidos de ir até a sede da Saneago.

O advogado de Silvana informou que ainda não foi franqueado à defesa o acesso aos autos, mas tendo em vista o que já apurado em inquérito, a defesa vê essas medidas deflagradas com estranheza. Uma vez que órgãos como **Controladoria Geral do Estado** e **Tribunal de Contas do Estado** já apontaram entendimento por ausência de prejuízo financeiro no contrato ora investigado. Informou ainda que todas as questões serão enfrentadas nos processos.

Empresas fantasmas

O delegado explicou que a empresa gaúcha,

vencedora da licitação, utilizava de "empresas fantasmas" localizadas em Goiânia e em Campo Bom (RS) para fornecer produtos à contratante.

O investigador disse que desde a publicação do edital várias irregularidades foram encontradas pela Controladoria no processo licitatório. "O primeiro pregão chegou a ser cancelado, pois tinha problemas na publicação do edital e a participação de uma única empresa. O segundo [pregão] também teve, mas acabou contratando a empresa. Contudo, logo depois foi verificadas diversas irregularidades em relação ao preço: havia superfaturamento e sobrepreço", explicou o delegado.

Danilo Nunes contou que há evidências de que a empresa beneficiada na licitação já se consagraria como a vencedora. "Há indícios de que outra empresa, localizada no DF, foi utilizada no processo licitatório para simular uma competitividade", disse.

O delegado diz que o contrato foi suspenso quando R\$ 22 milhões já haviam sido pagos. Desse total, R\$ 6,4 milhões teriam sido pagos indevidamente.

"Caso tivesse cumprido todo o contrato, o rombo seria de mais de 85 milhões de danos. Ficou evidenciado que a Saneago estava pagando mais do que havia sido acordado", disse o delegado. A polícia pediu que esse valor pago indevidamente fosse bloqueado da empresa investigada.

São investigados os crimes de fraude e direcionamento de procedimento licitatório e associação criminosa. Além da Polícia Civil do Estado de Goiás, houve também a participação e apoio operacional da Polícia Civil do Rio Grande do Sul e da Polícia Civil do Distrito Federal.

Nota da Saneago na íntegra

Em relação à Operação Custo Máximo, informamos que não houve busca e apreensão em nenhuma unidade da Companhia, e que a Saneago está à disposição da Polícia Civil para colaborar com a investigação. Esclarecemos também que nem a Saneago, nem seus diretores são réus na ação.

A Companhia implantou e tem priorizado a execução das melhores práticas de governança e compliance. Tanto é que, na atual gestão, o procedimento padrão é a apuração rigorosa e imediata de todo contrato após qualquer denúncia, como ocorrido desde o início do caso.

O contrato com a BRS Distribuição e Suprimentos já foi rescindido. De qualquer forma, o contrato já estava suspenso desde novembro de 2021 (antes mesmo do

início das investigações) - sua execução foi de apenas três meses. Os pagamentos neste contrato foram retidos e glosados (cancelados), não causando prejuízos para a Saneago.

Foram tomadas todas as providências solicitadas na determinação judicial.

A Saneago aguarda os resultados das investigações. E, como sempre tem feito nesta gestão, seguirá colaborando para esclarecimentos.

Veja outras notícias da região no g1 Goiás.

VÍDEOS: últimas notícias de Goiás

F O N T E :  
<https://g1.globo.com/go/goias/noticia/2023/03/14/alvo-de-operacao-contrafraudes-e-empresa-vencedora-de-licitacao-que-custaria-r-85-milhoes-a-saneago-diz-policia.ghtml>

**Site:** <https://www.educativaipora.com.br/news-alvo-de-operacao-contrafraudes-e-empresa-vencedora-de-licitacao-que-custaria-r-85-milhoes-a-saneago-diz-policia>

# Jornal Estadão publica artigo do conselheiro Fabrício Motta

No texto, referência ao 5º Simpósio Nacional de Educação, uma realização IRB/TCMGO e **TCE-GO**, no mês de maio, em **Goiânia**.

Os dados revelados por recente estudo da Escola de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV) a respeito dos danos provocados pela baixa qualidade do ensino deveriam chamar a atenção de todos que se preocupam com o desenvolvimento brasileiro, no setor estatal, no privado e na sociedade civil. Como integrante do primeiro segmento, me questiono o quanto poderíamos avançar se, em cada órgão público, em qualquer esfera de poder e instância administrativa, nos grandes municípios e nos pequenos lugarejos, fosse feita a seguinte pergunta: o que essa instituição pode fazer pela educação desse país ?

Mas, primeiro, vamos aos dados do estudo. Cruzando informações de dezenas de pesquisas internacionais sobre as relações entre educação e crescimento econômico, o levantamento calcula os prejuízos da falta de qualidade na instrução. A conclusão mais eloquente: se os alunos brasileiros atingissem, aos 15 anos de idade, o mesmo nível médio de aprendizagem dos estudantes das nações desenvolvidas o Brasil poderia obter crescimento, ao ano, de dois pontos percentuais no Produto Interno Bruto (PIB). Em um país em que o desenvolvimento patina há décadas, essa informação deveria valer ouro -entre 2011-2020, por exemplo, as riquezas brasileiras cresceram apenas 0,26% ao ano.

Se o Brasil teve o mérito de aumentar a taxa de matrículas e escolaridade nessa fase mais recente de sua história, ainda tem muito a avançar no quesito qualidade. Os estudos compilados pela FGV levam em conta os resultados do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa). Na prova realizada em 2018, por exemplo, o Brasil teve notas abaixo da média da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico em matemática, ciência e leitura.

Esse cenário foi bem apresentado e aprofundado em reportagem do jornal O Estado de S. Paulo, publicada no início de março e cujo título é instigante: "Quanto o Brasil seria mais rico se tivesse ensino de país desenvolvido ?" Foi nesse questionamento que pensei ao formular a pergunta que apresenta essas reflexões.

Não tenho dúvida de que o país poderia avançar muito na qualidade do ensino se o tema fosse prioridade em qualquer órgão público, inclusive naqueles nos quais, em primeiro momento, essa ideia pareça fora de lugar. Importante lembrar que a educação de qualidade é direito fundamental e que a Constituição consagra compromissos firmes no assunto, inclusive no que se refere ao financiamento da educação.

A partir da visão de que o proveito da boa educação é revertido para toda a sociedade, é possível defender que o esforço para tal alcance deve ser coletivo, do ambiente público e da sociedade, o que significa ação articulada, coordenada e efetiva. Os Tribunais de Contas têm caminhado nessa direção ao incentivar a instalação de Gabinetes de Articulação para Efetividade das Políticas de Educação (Gaepes) pelo país. Idealizado pelo Instituto Articule e fruto da cooperação com a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil, o Instituto Rui Barbosa, os gabinetes reúnem, em um ambiente horizontal de diálogo, as secretarias e os conselhos de educação, o Tribunal de Contas, o Poder Judiciário, os Ministérios Públicos Estadual e de Contas, a Defensoria Pública, o Poder Legislativo e a sociedade civil. O objetivo é apoiar o gestor no enfrentamento dos desafios na área da educação e fortalecer o regime de colaboração. Esses gabinetes têm contribuído decisivamente para aumentar o ambiente de segurança jurídica na tomada de decisões.

A temática é discutida anualmente, em encontros temáticos para debater as carências e necessidades da educação pública brasileira durante os Simpósios Nacionais de Educação (Sineds). Em 2023, a quinta edição Sined ocorrerá entre os dias 10 e 12 de maio, em **Goiânia**, e pretende reunir atores de diferentes seguimentos para mapear ações que possam ser implementadas em conjunto por diferentes seguimentos da sociedade.

O artigo 205 da Constituição Federal assegura que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família. Ainda segundo a Carta Magna, a educação deve ser "promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho". Há urgência de repensar as ações isoladas em prol de esforços coletivos, que reconheçam os espaços de atuação

diferentes, mas que valorizem os compromissos comuns. Os muitos jovens e crianças que estão fora da escola e aqueles que não gozam de uma educação de qualidade não podem mais sofrer com a omissão de quem tem o dever de transformar essa realidade - e esse dever é de todos nós.

\*Fabrício Motta, é **conselheiro** do TCM-**GO**, professor da UFG, doutor em Direito do Estado (USP) e mestre em Direito Administrativo (UFMG). Integra a Associação de Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) e o Instituto Rui Barbosa. É um dos organizadores do V Sined

**Site:** <https://www.tcmgo.tc.br/site/2023/03/artigo-fm14-3-23/>

# Operação em GO, DF e RS contra fraudes em licitação cumpre 37 mandados e bloqueio de R\$ 6,4 milhões de suspeitos

**Luiz Cláudio**

A Operação Custo Máximo, deflagrada na manhã desta terça-feira (14), cumpre 37 mandados e bloqueia R\$ 6,4 milhões de suspeitos em Goiás, Rio Grande do Sul e Distrito Federal. A Polícia Civil de Goiás investiga fraudes em licitações, direcionamento de processo licitatório e associação criminosa. Os agentes estão cumprindo mandados de busca e apreensão, afastamento de função pública, proibição de contratar com o poder público e bloqueio de bens avaliados em R\$6 milhões e 400 mil. A operação está acontecendo nos estados de Goiás, Rio Grande do Sul e Distrito Federal. Como os nomes dos envolvidos não foram divulgados, O POPULAR não conseguiu localizar a defesa dos investigados. Segundo a PCGO, mais informações serão repassadas ao longo do dia.

**Saneago**

De acordo com o Ministério Público de Goiás (MPGO), em 2022, um contrato no valor de R\$ 4 milhões teria sido celebrado de forma fraudulenta entre a empresa alvo da operação e a Companhia de Saneamento de Goiás, a Saneago.

O contrato com a Saneago para a distribuição de água nos caminhões foi firmado no início de 2020. No entanto, o Ministério Público verificou que a empresa não tinha o devido conhecimento técnico para realizar o serviço. Em nota, a defesa dos funcionários envolvidos informou que vê as medidas deflagradas com bastante estranheza.

"Órgãos como a Controladoria Geral do Estado e **Tribunal de Contas do Estado** já apontaram entendimento por ausência de prejuízo financeiro no contrato ora investigado", informou. "Por sua vez, quanto a defesa, de igual modo, o **Tribunal de Contas do Estado** já declarou que sua participação no procedimento licitatório foi estritamente técnica, isentando-o de qualquer responsabilidade por supostas irregularidades no referido contrato. Por fim, acrescentamos que todas as questões serão enfrentadas nos autos, demonstrando que não há qualquer vinculação dos servidores com as supostas irregularidades investigadas, tampouco com as

empresas licitantes".

**Site:** <https://www.blogdaverdade.com.br/blog/operacao-em-godf-e-rs-contra-fraudes-em-licitacao-cumpre-37-mandados-e-bloqueio-de-r-64-milhoes-de-suspeitos/>